

Projeto Gestão Pacífica Inclusiva da Terra nas regiões de Oio, Cacheu e Biombo

Recomendações participativas para tornar a gestão da terra mais pacífica e inclusiva

O resultado de oito sessões de diálogo intergeracional nas três regiões norte do país

Introdução

No âmbito do projeto *Gestão Pacífica Inclusiva da Terra nas regiões de Oio, Cacheu e Biombo*, implementado em parceria com a FAO e UN Habitat, com o financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Consolidação da Paz (PBF), a Voz di Paz e sua parceira Interpeace levaram a cabo oito sessões de diálogo nas três regiões de intervenção, durante os meses de Abril e Maio de 2022. Durante estas sessões, jovens líderes das diferentes comunidades, bem como representantes de autoridades locais, tradicionais e instituições ligadas à gestão da terra, interagiram sobre o tema dos conflitos ligados à gestão da terra. Os participantes foram questionados sobre como é que os jovens participam nos conflitos ligados à posse de terra, e como é que os mesmos podem ajudar na sua resolução¹. As intervenções dos participantes foram registadas e mais tarde analisadas pela equipa, sendo o conteúdo triado e harmonizado. É precisamente desse processo consultivo que surge este conjunto de recomendações para tornar a gestão da terra na Guiné-Bissau mais pacífica e inclusiva à juventude.

Recomendações

1. Promover o diálogo intergeracional para a aproximação entre os grupos, contribuindo para a participação juvenil na esfera de tomada de decisão.

Os participantes nas sessões de diálogo mencionaram repetidas vezes o diálogo entre gerações como uma pista de solução para a inclusão e participação juvenil na gestão da terra e suas esferas de decisão. A existência de um diálogo franco entre pais e filhos, e que gere uma atitude de consenso nas famílias e na comunidade, aparece como um dos elementos importantes a serem favorecidos. O diálogo intergeracional deverá ser baseado na verdade, na imparcialidade, e no respeito pelos mais velhos por parte dos jovens. Este diálogo serve não só para fomentar a aproximação entre grupos, mas também para fomentar a partilha de saberes, e de alguma forma permitir a continuação do legado dos anciãos por parte dos mais jovens. Algumas das atividades sugeridas pelos participantes são *djumbais* na comunidade, e ações de sensibilização aos jovens e mais velhos nas comunidades. A promoção deste diálogo poderá ser levada a cabo pelas autoridades locais, líderes tradicionais e religiosos, organizações da sociedade civil, as próprias gerações jovens e mais velhas, entre outros.



Público-alvo:

- Famílias – Encarregados de educação
- Associações de base
- OSCs
- Líderes Tradicionais
- Autoridades locais



Pontos de ação

- As OSCs e Autoridades Locais devem **engajar as autoridades tradicionais e gerações mais velhas, sensibilizando-os para a importância da inclusão juvenil e do diálogo**, incentivando-os a convocar rodas de conversa (*djumbais*). Neste sentido, devem-se procurar compreender os obstáculos ao diálogo e as reticências das gerações mais velhas em incluir os jovens, e trabalhar para solucionar os mesmos.
- As OSCs devem **adotar uma abordagem intergeracional** em todo o seu trabalho.



1 As sessões foram conduzidas em Crioulo, sendo as perguntas formuladas da seguinte forma:

1) Kuma ku jovem ta mati na conflitos di posse di terra? 2) Kuma ku jovem pudi djuda na resolvi problema di terra?

2.

Educação dos jovens no equilíbrio entre valores tradicionais e modernos para participarem de melhor forma nos assuntos da comunidade.

Uma outra recomendação elaborada pelos participantes é o reforço da educação dos jovens, nomeadamente no que diz respeito à boa conduta e ao seguimento de valores, tanto tradicionais como modernos. Neste sentido, foi mencionada a necessidade de os pais educarem os filhos nos costumes e na boa conduta, promovendo uma mudança de mentalidade por parte dos jovens, que devem evitar certos comportamentos (como a delinquência, por exemplo). Foi também referida a importância da transmissão de valores culturais e sabedoria ancestrais. Alguns participantes mencionaram que atualmente a juventude procura mais a modernidade e isso entra em contradição com a tradição, havendo comunidades em que a modernidade se está a sobrepôr à tradição. Para alguns participantes, é bom saber conjugar ambas, tentar equilibrar os diferentes valores. Neste sentido, durante as sessões foram referidas também a importância do respeito às autoridades tradicionais, considerado como a ponte entre gerações, e pelas regras de divisão tradicional, no que toca à gestão da terra. A necessidade de os jovens demonstrarem mais interesse em conhecer a tradição foi ainda mencionada por alguns participantes, bem como o cumprimento dos ritos tradicionais por parte dos jovens como condição para integrar as esferas de tomada de decisão, em certas localidades. Será particularmente relevante para as famílias, as comunidades, as organizações da sociedade civil que trabalham com crianças, jovens e na área da educação, bem como o Ministério da Educação e suas Delegacias Regionais, as escolas e as instituições religiosas levarem a cabo e promoverem esta educação nos bons valores.



Público-alvo:

- Direção Geral do Ensino / Ministério da Educação
- INDE – Instituto Nacional de Desenvolvimento do Ensino
- Autoridades tradicionais
- Rádios
- ONGs que trabalhem em educação



Pontos de ação:

- Preferencialmente de forma participativa, **identificar a fonte do problema e as possíveis soluções**. Poderá ser útil recorrer a pessoas com experiência na matéria de conjugação dos diferentes valores.
- Promover a **transmissão de valores através de diálogos intergeracionais**. Estes diálogos servirão para promover uma atitude de neutralidade face à tradição e face à modernidade, valorizando a importância histórica da primeira.
- **Sensibilizar as autoridades tradicionais sobre os benefícios de conjugar valores**.
- **Produzir conteúdos sobre a articulação entre valores tradicionais e modernidade** para escolas e meios de comunicação social.
- **Engajar o Ministério da Educação, e a sua Direção Geral do Ensino, para discutir a operacionalização** desta proposta e envolver as escolas na explicação destes temas. O currículo escolar poderá, por exemplo, incluir educação social e cívica, e poderá ser trabalhada a forma como a transmissão destes conteúdos é feita pelos professores.
- **Sensibilizar as comunidades através das rádios e meios de comunicação, incluindo redes sociais** como WhatsApp, TikTok e Facebook. Poderão ser usados discursos de especialistas, gerações mais velhas, líderes tradicionais e jovens sobre costumes, importância dos valores, etc.



3. Promoção de uma cultura de diálogo e paz nas comunidades.

De forma a tornar a gestão da terra mais inclusiva, os participantes nas atividades do projeto elencaram a necessidade da promoção de uma cultura de diálogo e paz. Esta passaria pelo favorecimento da adoção de atitudes pautadas pela tolerância, transparência, honestidade, responsabilidade, seriedade, e comportamentos exemplares. Passaria também pela promoção da união e solidariedade entre as pessoas. Especificamente no âmbito da gestão de conflitos – nomeadamente os ligados à gestão da terra – os participantes aconselharam ter uma atitude mediadora, de negociação, e de convicção na comunicação. Esta atitude permitirá aos jovens participarem no processo de conflitos como mediadores, e não como atores ou provocadores, pois saberão lidar melhor com os problemas. A cultura de diálogo e paz poderá ser promovida no seio das famílias e comunidades, nas bankadas, e pelas organizações da sociedade civil, instituições religiosas e jardins de infância e escolas (sob tutela do Ministério da Educação).



Público-alvo:

- Família e espaços de socialização (escolas, espaços religiosos, bancadas, etc.)
- Ministério da Justiça – Centros de Acesso à Justiça
- Ministério da Educação
- Forças de Segurança
- Comissões Fundiárias de Setor



Pontos de ação:

- **Realizar formações sobre mediação e resolução de conflitos** nas comunidades, sobretudo com jovens e líderes tradicionais, focando-se nas atitudes necessárias e construindo espaços de mediação nas comunidades e escolas.
- **Promover a adoção de Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos (MARC) e de Justiça Restaurativa** no seio do Ministério de Justiça e suas instâncias (Centros de Acesso à Justiça, tribunais, etc.), nas lideranças tradicionais, e nas Forças de Segurança.
- **Sensibilizar as comunidades sobre a importância do diálogo e de uma cultura de paz** para a resolução pacífica dos conflitos. Isto poderia implicar: produzir conteúdos sobre cultura de paz; trazer especialistas para realizarem palestras anuais nas escolas; as Comissões Fundiárias de Setor e outros atores promoverem encontros temáticos, teatros, rodas de conversa (*djumbai*), etc.; construir espaços de passagem de conteúdos de paz nas escolas e comunidades.



4. Reforçar as capacidades dos jovens na gestão e resolução de conflitos para poderem contribuir de forma positiva para a paz.

Para promover a inclusão dos jovens na gestão da terra, e dos conflitos ligados à mesma, será necessário reforçar as capacidades dos mesmos na resolução de conflitos. Neste sentido, os participantes sugeriram levar a cabo ações de formação e capacitação de jovens em diferentes temáticas, nomeadamente: métodos alternativos de resolução de conflito (MARC), em particular a mediação com recurso a Comunicação Não-Violenta; promoção de comunicação positiva e pacífica; promoção da procura de soluções; gestão da terra e diferentes procedimentos de decisões ligados à mesma, entre outros. Pretende-se que com esta capacitação os jovens sejam aptos a lidar de forma pacífica com os problemas, terem consciência que estes ocorrerão sempre, e não partirem para o conflito, sendo atores de prevenção de conflitos, para além de atores de resolução dos mesmos. Poderão facilitar esta capacitação entidades como o Ministério da Justiça (e os Centros de Acesso à Justiça), autoridades locais (Comissões Fundiárias Setoriais), organizações da sociedade civil e organizações internacionais. Em termos de promoção de valores, esta poderá ser feita por lideranças tradicionais e instituições religiosas.



Público-alvo:

- ONGs e OSCs
- Jovens
- Ministério da Justiça / Centros de Acesso à Justiça
- Autoridades locais (e Comissões Fundiárias de Setor)
- Líderes tradicionais e religiosos



Pontos de ação:

- **Realizar formações a jovens sobre Mecanismos Alternativos de Resolução de Conflitos** (mediação, Comunicação Não-Violenta, gestão da terra, entre outros).
- **Jovens trabalharem na sensibilização interpares e na comunidade** para a paz e o diálogo, mas também sobre a gestão e a posse de terra.



5.

Criar oportunidades concretas de participação para a inclusão dos jovens na gestão da terra.



Para que a gestão da terra seja inclusiva aos jovens é, naturalmente, necessário que sejam criadas oportunidades de participação para os mesmos. Este tema, sendo central às discussões das sessões de diálogo, foi trazido várias vezes pelos participantes e foram formuladas por eles várias sugestões. Por um lado, foi mencionada a necessidade de os jovens terem acesso a informação sobre os assuntos da comunidade em geral, e em particular, no que concerne à gestão da terra, foi sugerida a inclusão dos jovens nos acordos de partilha entre população local e Estado. Mencionou-se ainda a importância de colocar jovens como testemunhas na concessão, oferta ou doação de terreno, etc, de modo a evitar conflitos no futuro. A um nível mais elevado, foi também sugerida a integração de jovens em espaços de diálogo, como por exemplo no espaço de concertação de diálogo regional criado pelo Comité de Estado de Quinhamel. Por outro lado, os jovens podem ser vistos como atores de mudança, e para além da inclusão na tomada de decisão, foi também realçado o papel positivo que os jovens podem ter enquanto mediadores de conflitos. Neste caso, referiu-se a possibilidade dos jovens colaborarem nas negociações, na mediação, e no apoio e orientação das partes em conflito, nomeadamente no encaminhamento dos processos às instâncias competentes. Por fim, alguns participantes sugeriram também a possibilidade de os jovens serem conselheiros dos líderes tradicionais. A criação de oportunidades de participação requer esforços a vários níveis, podendo ser promovida pelas autoridades locais, lideranças tradicionais, *djintis garandis* e líderes de opinião na comunidade, pela Comissão Fundiária, pela Secretaria de Estado da Juventude, por organizações da sociedade civil e por organizações internacionais.

Pontos de ação:

- **Fazer esforços, seguindo a Lei da Terra, para efetivar o igual acesso à posse de terra aos jovens** (e sobretudo jovens raparigas), sobretudo nas questões de herança.
- **Garantir cumprimento da exigência legal de envolver jovens na Comissão Fundiária** e promover a sua participação ativa.
- **Criar mecanismos de envolvimento dos jovens no acesso à informação** na comunidade e seus espaços de diálogo. Por exemplo, poderia haver um grupo de 3 ou 4 pessoas, incluindo jovens, que vão **acompanhar nos momentos ligados à gestão da terra** (venda de terreno, heranças, entre outros). Os problemas de acesso dos jovens à informação poderão ainda ser abordados durante os diálogos intergeracionais promovidos na comunidade.
- **Sensibilizar anciões e lideranças tradicionais sobre a importância de envolver jovens nos acordos feitos**, sobretudo jovens raparigas e sobretudo nas questões de herança.
- **Formação e reforço de capacidades de mediação a associações de base.**



6.

Disseminar as leis e normas referidas à gestão da terra e garantir o cumprimento rigoroso das mesmas.



O conhecimento e cumprimento das leis ligadas à gestão da terra aparece como um elemento importante. Neste âmbito, foi realçada repetidas vezes, pelos participantes nas diferentes atividades, a necessidade premente de capacitação e disseminação alargada sobre a Lei da Terra e sua implementação. Para além disso, e como decorrer lógico, os participantes mencionaram a necessidade de garantir um cumprimento rigoroso das leis e normas ligadas à gestão da terra. Aqui, foram elencados alguns aspetos em particular, tais como o cumprimento com os parâmetros legais na concessão do espaço, efetuar o registo de propriedade, o proceder com transparência na distribuição dos bens na herança e o evitar da venda ilegal e não consensual do terreno. Esta disseminação e exigência de cumprimento poderá partir de diferentes entidades governamentais, como a Comissão Fundiária, o Ministério da Administração Territorial e Poder Local (e as autoridades locais e lideranças tradicionais), o Ministério da Justiça (e os Centros de Acesso à Justiça e Tribunais Setoriais), o Ministério das Obras Públicas, Construção e Habitação, e seus respetivos órgãos. Organizações internacionais (como a FAO) e organizações da sociedade civil poderão também apoiar estes processos. Poderão ainda contribuir para a disseminação as instituições religiosas, os jovens e população em geral, e órgãos de comunicação social, como as rádios.

Sugestões trazidas pelas Comissões Fundiárias de Setor:



- Comissões Fundiárias de Setor devem **divulgar Lei da Terra e seu Regulamento nas comunidades** de diferentes tabancas. Esta sensibilização poderá ser feita através de teatros, *djumbais* temáticos, com líderes partidários, poder tradicional, associações, e outros atores e de programas radiofónicos. Deverá dar-se um foco particular na **capacitação de jovens e mulheres**.
- Os **líderes tradicionais e religiosos deverão ajudar na sensibilização nas suas comunidades**, de modo a incentivarem a que seja respeitada a Lei da Terra.
- Comissões Fundiárias de Setor devem **definir indicadores e metas a cumprir**, gerindo esses objetivos com o Ministério da Justiça.

7.

Reforçar a colaboração entre o poder tradicional, as comunidades e o Estado na gestão da terra.



A gestão da terra e a resolução de conflitos ligados à mesma requer o envolvimento de diferentes atores, como reconheceram os participantes nas atividades. Neste sentido, uma recomendação forte que saiu das sessões de diálogo foi a necessidade do reforço da colaboração entre o poder tradicional e o poder Estatal, juntamente com as comunidades. Assim foi sugerido o comungar das práticas costumeiras com o direito positivo, e a colaboração entre as entidades estatais e o poder tradicional na resolução de conflitos. Foi também sugerida uma maior colaboração, dos jovens e da comunidade, com as autoridades locais, e incentivado o recurso aos Centros de Acesso à Justiça para a gestão da terra e seus dos conflitos. Por fim, foi também recomendado o envolvimento das organizações da sociedade civil na mediação de conflitos ligados à terra. Este reforço da colaboração entre as partes poderá ser facilitada por instâncias de alto nível como a Presidência da República, o Primeiro Ministro, e outras instâncias governamentais como a Comissão Nacional Fundiária (e as Comissões Fundiárias Setoriais), o Ministério da Administração Territorial e Poder Local (e as autoridades locais e lideranças tradicionais), o Ministério da Justiça (e os Centros de Acesso à Justiça e Tribunais Setoriais), o Ministério das Obras Públicas, Construção e Habitação, e seus respetivos órgãos. Poderá também ser promovido por organizações internacionais, por organizações da sociedade civil, e pelas próprias comunidades.

Sugestões trazidas pelas Comissões Fundiárias de Setor:



- **O poder tradicional deve servir como elo de ligação** das Comissões Fundiárias de Setor nas comunidades.
- **Estabelecer calendário de reuniões periódicas multi-atores**. A Administração Local deve chamar todas as estruturas da comunidade para reunir quando necessário. As Comissões Fundiárias de Setor devem promover diálogo e concertação permanente entre atores.

8

Promover uma cidadania ativa dos jovens através do reforço de estruturas de base locais

Como base para incentivar a participação dos jovens na esfera de tomada de decisão da gestão da terra, aparece como prioritário o estimular de uma cidadania ativa por parte dos jovens. Este estimular pode passar pela criação de associações juvenis dedicadas à defesa dos cidadãos e à resolução de conflitos, pela criação de espaços de concertação juvenil para questões ligadas à posse de terra, e pela promoção de ações de ativismo e da organização de eventos culturais e desportivos com diversos fins. A criação e reforço deste tipo de estruturas de base, de forma a potenciar uma cidadania ativa dos jovens, poderá ser apoiada pelas organizações da sociedade civil (nomeadamente pelo Conselho Nacional de Juventude e por estruturas de base locais), e por entidades governamentais como a Secretaria de Estado da Juventude e o Instituto da Juventude. Para além disso, também as autoridades locais, líderes tradicionais, instituições religiosas, as escolas e as organizações internacionais, bem como a comunicação social (nomeadamente as rádios) têm um papel a desempenhar neste âmbito.



Interpeace

**Interpeace
Guiné-Bissau**

Escritório da Voz di Paz,
Bairro de Enterramento CP588
Bissau, Guiné-Bissau
Tel: +245 95610 29 46
ferrati@interpeace.org



Voz di Paz

Bairro de Enterramento CP588
Bissau, Guiné-Bissau
+245 966 633 617
vozdi paz@gmail.com
<https://www.vozdipaz.org/>



In partnership with the United Nations

www.interpeace.org

@InterpeaceTweet

@interpeace